

O conceito de potencialidade psicótica¹

Piera Aulagnier

Resumo: Este artigo, inédito em português, resulta de uma conferência dada em 1986 e apresenta um resumo ao mesmo tempo denso e claro do pensamento de Piera Aulagnier em confronto com os paradigmas do autismo e das psicoses precoces. A autora busca compreender e representar o início da vida psíquica no jogo complexo que é instaurado entre a mãe e o infans. Do lado da psique materna, o Eu da criança é previamente identificado e investido, antes mesmo de vir ao mundo. Do lado da criança, há uma necessidade vital de encontrar um compromisso identificatório entre essa identificação parental e sua própria autoconstrução. É a possibilidade – ou não – de introduzir uma diferença entre essa antecipação e sua própria trajetória identificatória que determinará sua resposta diante daquilo que Piera Aulagnier caracteriza como violência fundamental. Se nenhuma diferença ou nenhuma mudança for possível na construção que lhe é imposta, pode-se organizar uma potencialidade psicótica ou uma psicose infantil. É também na impossibilidade de um jogo suficientemente móvel desse edifício identificatório que qualquer movimento por parte do entorno – ainda que mínimo, mas imprevisto – pode vir a provocar um colapso.

Palavras-chave: autismo, psicose precoce, potencialidade psicótica, problemática identificatória

Esta conferência foi apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Caen Normandia, em 15 de junho de 1986, por ocasião da quinta edição dos Encontros Regionais de Psicanálise com Crianças. Esses encontros de trabalho teórico e clínico, de grande repercussão na região, tiveram início no ano de 1981 por iniciativa de Bianca Lechevalier e James Gammil, ambos membros da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Eles foram criados com a intenção de acolher as diferentes correntes do pensamento psicanalítico contemporâneo e, desde o início, foram marcados pela abordagem multirreferencial e multi-institucional. Todos aqueles que participaram desse fim de semana de trabalho guardam uma lembrança calorosa da intervenção de Piera Aulagnier na faculdade e da jornada de trabalho clínico que ocorreu no dia seguinte, no Moulin

1 Trabalho original publicado em 2003, com o título “Le concept de potentialité psychotique”, em: *Topique*, 82, 143-158. Gentilmente cedido para publicação na *Revista Brasileira de Psicanálise*.

de Bully, às margens do rio Orne, onde trabalhamos todos juntos, sentados no gramado, em um círculo ao redor dela, sob um magnífico sol normando.

CHRISTINE VOYENNE

Nos últimos anos, temos visto o desenvolvimento e o aprofundamento de uma vasta série de pesquisas dedicadas ao autismo e às manifestações mais precoces da psicose. O interesse que elas vêm suscitando nos analistas, até naqueles que, como eu, têm pouca relação direta com a clínica infantil, responde sem dúvida a motivos complexos e variados. Pessoalmente, eu daria destaque especial a um deles: o período da vida que essas pesquisas privilegiam. O analista que atende um adulto percebe rapidamente que o quadro apresentado ao seu olhar traz os sinais das transformações decorrentes das provas, derrotas e sucessos mais ou menos parciais que marcaram a vida de um sujeito até aquele momento. Quer sua problemática pertença ao campo da neurose ou da psicose, isso não faz diferença. No entanto, mesmo que esse analista lidasse apenas com crianças recém-nascidas, logo aprenderia que sempre escapa à sua apreensão um primeiro autorretrato, sobre o qual o artista continuou a acrescentar traços, a modificar outros, tentando, por vezes, apagá-los por completo, por já não se reconhecer neles.

Em nossa abordagem clínica, estamos sempre lidando com um “tempo do a posteriori”,² até porque um primeiro retrato desse recém-nascido já fora composto pela psique materna e mantido em reserva nela. Ora, esse pré-retrato influenciará a atividade pictórica do infans, que terá de se auto-figurar para se colocar como um ser existente para seu próprio psiquismo e para o de sua mãe, que de agora em diante deverá – ou deveria – levar em conta a conformidade entre o retrato e o modelo. A tela *nunca* foi virgem: o infans-pintor esboça seus primeiros traços sobre uma superfície *já* pintada. É por isso que esperar que encontremos um momento puro de origem, que possa ser apreendido sem levar em conta nenhum “antes”, não passa de um mito. No entanto, aceitar essa constatação torna ainda mais valiosos os conhecimentos daqueles que conseguiram analisar *in statu nascendi* o início e a formação dessas primeiras manobras e posições defensivas, as quais, se não

2 NT: Aulagnier emprega a expressão *le temps de l'après*, que poderia ser traduzida literalmente por “tempo do depois”. No entanto, essa tradução não capta adequadamente a dimensão de “l'après”, que faz referência a um “depois” que não é meramente cronológico, mas diz respeito a um tempo psíquico marcado pela contínua reinterpretação e reinscrição de impressões e traços mnésicos do passado, que são ulteriormente remodelados em função de novas experiências. Desse modo, optamos pela tradução “tempo do a posteriori”, a fim de evidenciar a tensão temporal expressa no original. Essa escolha dialoga diretamente com o debate em torno da tradução em português da noção freudiana de *Nachträglichkeit*.

forem abandonadas ou reelaboradas, correm o risco de obstruir a organização que o percurso identificatório e o espaço relacional devem respeitar.

Veremos que, para que esse percurso e esse espaço sejam preservados, é necessário que a instância psíquica que se encarrega dessa dupla tarefa esteja assegurada da persistência e da posse inalienável de um certo número de pontos de ancoragem (ou emblemas identificatórios) e de suportes de investimento. Será preciso que esse caminho e esse espaço permitam, conjuntamente, o livre acesso a novos encontros, aceitando as consequências e as automodificações que daí resultarão.

Em um colóquio realizado em 1984 sobre psicose e adolescência,³ analisei o duplo princípio que rege o funcionamento identificatório: o princípio de permanência e o princípio de mudança. É a antinomia que pode opor esses dois princípios e tornar impossível a aliança que deveria ser preservada entre essas duas exigências que julgo responsáveis pela formação de uma *potencialidade psicótica*. Antes de abordar diretamente esse conceito, gostaria de insistir na importância de uma outra exigência da qual nenhum sujeito e, portanto, nenhum analista pode se esquivar, uma vez que sua reflexão se volta tanto para a ação da psique sobre o mundo que ela habita e investe, quanto para as suas reações diante das respostas que esse mundo lhe oferece.

Não está ao poder do analista nem de suas construções teóricas – e tampouco de sua abordagem clínica – tornar pensáveis as manifestações psíquicas, das mais originárias às mais elaboradas, senão em termos de relação. Essa exigência da nossa reflexão será encontrada tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada de nossa abordagem clínica e teórica:

– No ponto de partida, pois sempre veremos no quadro que nos é apresentado a manifestação da relação do sujeito com o outro e com o mundo, seja ela uma relação de ruptura ou uma relação fusional.

– No ponto de chegada, porque toda mudança na composição do quadro supõe que tenhamos conseguido descobrir ou reconstruir o papel e a função de uma experiência relacional que precedeu, em muito, o momento em que nos deparamos com esse sujeito.

Se tal exigência do nosso pensamento abrange nossas hipóteses etiológicas, ao mesmo tempo não se reduz a elas. Mesmo que se defenda uma etiologia puramente orgânica do autismo ou se rejeite integralmente a teoria freudiana, o termo *autismo* só pode fazer sentido a partir de uma comparação com a relação que um sujeito não autista mantém com o mundo e seus habitantes. As hipóteses sobre as razões de tal diferença podem variar, mas sua presença se imporá imediatamente ao analista, ao leigo ou ao médico – seja ele não

3 Comunicação feita no Colóquio Internacional sobre Psicose e Adolescência, realizado em Paris, de 11 a 13 de maio de 1984, presente em Aulagnier (1986/1990).

analista ou mesmo antianalista –, que imediatamente irá descobrir que não pode mais recorrer aos seus referenciais relacionais para se orientar no mundo interno e externo que é habitado por esse sujeito. Se aquele que se depara com tal sujeito não lhe é de fato próximo, o leigo reagirá a essa desqualificação de seus pontos de referência mais familiares rompendo o contato. Caso contrário, já não se pode falar, em sentido estrito, de um leigo.

A mãe ou o pai podem muito bem ignorar tanto a explicação científica quanto a analítica, e os próprios termos *autismo* ou *esquizofrenia* podem até mesmo ter sido primeiramente mencionados pelo especialista consultado, mas, em contrapartida, eles dispõem de uma outra experiência, composta sobretudo pelo apelo ao saber dos outros, ou seja, a impossibilidade de fazer com que esse infans ou essa criança ocupe uma posição relacional que haviam previamente pensado e investido. É essa recusa, atribuída então à criança, que servirá como decodificador relacional e, infelizmente, em alguns casos, como decodificador exclusivo. A importância e a função que atribuo ao que defini como parâmetros relacionais encontram sua justificativa na impossibilidade de dissociar o processo de identificação – o trabalho e os movimentos psíquicos que ele envolve – desse outro trabalho de estabelecer uma ligação da psique com seus suportes de investimento. Nossa história libidinal é o texto manifesto de uma história identificatória que representa seu texto latente: ambas são indissociáveis.

Essas duas histórias, no entanto, não começam ao mesmo tempo para os dois polos de uma primeira relação mãe-criança. Para a primeira, o nascimento da criança, a gestação e sua espera coincidem com o investimento em uma representação relacional que já inclui a designação dos dois polos que mãe e criança vão ocupar. Para a segunda, o mesmo não acontece. Essa relação – e, com ela, temos a ativação do processo identificatório – ocorrerá a partir do momento em que a mãe for reconhecida como um ser separado. A aquisição desse conhecimento levará a outros quatro:

1) O estabelecimento e a preservação desse laço de investimento podem, por si sós, garantir que a separação não signifique desaparecimento, permitindo que a mãe continue a existir psiquicamente para a criança, e esta para aquela.

2) Não está mais em seu poder exclusivo decidir o lugar que ocupa na relação e, conseqüentemente, o lugar ocupado pelo outro polo necessário para a própria existência de uma relação.

3) Qualquer mudança na posição de um dos dois repercutirá, em seu registro identificatório, naquela ocupada pelo outro polo.

4) Uma nova instância psíquica vai transformar e, ao mesmo tempo, investir essa representação relacional em seu próprio representante. Trata-se de

uma nova instância ou de um novo representante dessa função psíquica, que agora assume a totalidade das demandas dirigidas a um destinatário externo.

*Defino pelo termo “Eu” esse representante autorreferente de uma representação relacional.*⁴

Antes de prosseguir com minha análise do Eu e do processo identificatório pelo qual ele se constitui e se preserva, gostaria de destacar, de forma muito breve, apenas uma das diferenças que separam esse conceito do Eu do conceito de eu, tal como concebido por Freud e retomado pela maioria de seus sucessores. Não pretendo oferecer um resumo da teoria do eu na obra de Freud, pois isso exigiria realizar um resumo da metapsicologia em sua totalidade. Gostaria apenas de lembrar que, tanto na primeira quanto na segunda tópica, o eu, em Freud, tem uma autogênese interna: são “moléculas da própria matéria psíquica” que evoluem para constituir um novo sistema que se acrescenta à organização do aparelho psíquico.

Na primeira tópica, o eu é uma consequência da ação exercida pelo meio externo sobre a camada mais periférica do aparelho psíquico.

Na segunda tópica, trata-se de uma parte do isso (id) que, pouco a pouco, se diferencia para assumir um conjunto de funções destinadas, como diz Freud (1940/2014) no *Compêndio de psicanálise*, à “salvaguarda” dessa mesma instância, uma vez que está também a serviço das condições a serem respeitadas para que a vida se preserve. Essa característica, por si só, está longe de fornecer uma ideia, mesmo que aproximativa, da complexidade e riqueza do conceito do eu, mas é, ainda assim, parte integrante dos traços que lhe são próprios. Na minha concepção, o Eu nasce⁵ do Eu de um outro; ele atravessa um período de gestação na psique materna e só advém na cena psíquica do infans – que, nesse momento, aliás, passa ao estado de criança – em um tempo que, embora não possa ser datado, sucede o nascimento de um corpo e a ativação do aparelho psíquico. Poderíamos também dizer que é o conhecimento do objeto enquanto separado que fará surgir e conferirá estatuto a uma instância co-nascente – graças a essa separação e por meio dela –, quando se toma conhecimento do conceito de *separável*.

A partir desse momento, o Eu se autopresenta e se autoinveste como ocupante de um dos dois polos, e aprende que só pode se preservar nesse lugar desde que mantenha a certeza de que o ocupante do outro polo, real ou imaginário, lhe reconhece o direito de ocupá-lo, investindo-o na posição daquele

4 NT: ao longo do texto, optou-se por manter a distinção entre Eu (*Je*) e eu (*Moi*), grafados respectivamente com inicial maiúscula e minúscula. Tal escolha visa manter a distinção fundamental entre os sentidos específicos que esses conceitos assumem na obra de Aulagnier.

5 NT: Aulagnier utiliza aqui o verbo *enfanter*, que significa, literalmente, “dar à luz”, “gerar”, “parir”. Esse sentido permite dar destaque ao caráter gerador, criador, expressando a ideia de que o Eu se constitui a partir do Eu de um outro, numa relação originária com a psique materna.

que demanda aquilo que esse outro lhe oferece, designando-o, assim, como o destinatário de sua própria demanda.

É preciso enfatizar com rigor a relação de interdependência que vai se estabelecer entre os dois Eus, sem conferir àquele que surge no infans qualquer passividade ou status de alienação para toda a vida.

É verdade que um primeiro identificado – suporte do investimento materno – se tornará suporte e polo de atração de um autoinvestimento, por ser condição e pressuposto necessários para a preservação do vínculo com o objeto-mãe. No entanto, esse primeiro Eu, que se constitui pelo investimento e apropriação de um traço do “Eu antecipado”, exercerá imediatamente, em retribuição, sua ação identificatória em relação a esse objeto investido.

A mãe, ao induzir no infans o investimento de um de seus referenciais identificatórios e de um de seus parâmetros relacionais, percebe-se destituída deles. Ela se dá conta, pouco a pouco ou abruptamente, de que não está mais em seu poder decidir o destino desse referencial, as transformações que ele sofrerá, os propósitos a que o Eu da criança vai submetê-lo, nem o movimento relacional que ele tomará.

É por isso que todo Eu investido representa um risco para o Eu do outro, independentemente da qualidade positiva do investimento que os une.

A relação pode ser assimétrica – e é isso que acontece na relação mãe-infans. A interdependência pode incidir de forma diferente sobre os dois polos relacionais, sem no entanto ser anulada. Pode-se recusar uma demanda, recusar-se a ser o seu destinatário, mas seria impossível *existir* sem que alguma demanda fosse endereçada.

Isso serve para tornar mais preciso em quais perspectivas “ontogenéticas” (termo que deve ser colocado aqui entre aspas) situarei o Eu: poderíamos dizer que ele representa “essa pequena parte” que se separa do espaço de um Eu para depositar-se em outro solo psíquico e ali evoluir conforme os elementos que compõem esse solo, em função da ação exercida sobre ele pelas culturas que se desenvolvem nesses outros terrenos limítrofes. “Pequena parte” que, em um tempo futuro, esse Eu depositará no solo de outra psique, e assim sucessivamente, a menos que o sujeito decida renunciar a toda função parental. Seria útil, aqui, examinar que relação podemos traçar entre essa “pequena parte” separável do Eu e aquilo que escrevi em *Os destinos do prazer* (Aulagnier, 1979/1985) acerca de “uma pequena parte separável da morte”.

É por esse caminho que vai de Eu a Eu que se opera uma transmissão que não constitui a herança de algo inato. Esse “pequeno fragmento” que o Eu parental deposita no infans carrega a marca do tempo, da história e dos encontros que marcaram a vida desse Eu, desde sua própria constituição até o momento em que veio a ocupar o lugar de um progenitor. Com esse primeiro “identificado”, abre-se uma brecha na psique, instaurando o acesso à

temporalidade e permitindo sua própria inscrição numa história libidinal, na qual se começará ocupando um lugar privilegiado que, embora modificado, em geral lhe será concedido por toda a vida.

“Embora modificado”: é aí que reside o problema, pois o Eu inicialmente acreditava que privilégio era sinônimo de exclusividade, que ele permaneceria sendo o único objeto da demanda do Eu do outro, e que esse outro seria um doador que nunca teria nem desejaria outros destinatários para suas ofertas. Ele terá, então, que se desiludir e, para suportar esse desencanto, precisará conseguir diversificar tanto os objetos de suas demandas quanto aqueles a quem as dirige.

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer a acepção que o termo *demanda* assume neste trabalho. Foi Lacan quem introduziu na terminologia analítica a tríade *necessidade-desejo-demanda*, para diferenciar os objetos-metas que, do ponto de vista teórico, deveriam especificar esses três registros. Duas expressões de seu texto sobre a transferência me vêm à memória: 1) “Demandar: o sujeito nunca fez outra coisa, só pôde viver por isso” (Lacan, 1966/1998, p. 623); e 2) “Toda demanda é uma demanda de amor”. São duas afirmações dificilmente contestáveis, desde que se acrescente que toda demanda de amor é, ao mesmo tempo, uma demanda de reconhecimento da sua singularidade e, igualmente, da singularidade de uma demanda e de uma oferta que se pretende – e que se gostaria – não intercambiável.

Retomemos esses três termos:

– *Necessidade*: refere-se ao estado que acompanha a ausência de um objeto vital para a vida somática, um estado de privação que só pode ser temporário – caso contrário, estaria sob a pena de conduzir à morte. O exemplo mais familiar é o do alimento. O registro da necessidade compreende, portanto, todo objeto cuja obtenção atenda a uma exigência vital.

– *Desejo*: designa, em primeiro lugar, a metabolização psíquica do objeto da necessidade. Se o corpo necessita de um aporte calórico, a psique necessita do seio, pois ele é fonte e dispensador de um prazer erógeno. Podemos dizer que o desejo, tanto em seu estatuto inconsciente quanto em seu caráter atemporal, é a forma psíquica da necessidade, manifestando a mesma exigência de satisfação, a mesma intolerância a um estado de privação ou de falta. Se considerarmos unicamente o funcionamento psíquico do infans, a necessidade e o desejo mostram-se indissociáveis. Eles partilham um mesmo objeto, uma mesma meta, a mesma exigência.

– *Demanda*: desde a aurora da vida, o registro da demanda se junta aos dois primeiros, mas a partir do exterior – é a mãe quem decodifica e formula em termos de demandas as expressões e os sinais pelos quais se manifestam as exigências em ação no espaço somatopsíquico do infans. Nessas primeiras formulações, a mãe opera uma conjunção entre a oferta do objeto da necessidade

e a oferta de sua presença e de seu amor: “Ele quer o seio, ele está com fome”. Tal enunciado é sempre duplicado por um “Ele quer a mamãe”. Vê-se, assim, como toda demanda atribuída ao infans é uma demanda que, para além do objeto da necessidade, visa o amor como objeto suposto de sua necessidade psíquica e comporta, por isso mesmo, o conhecimento antecipado de uma mãe que o oferece. Se tivermos uma escuta um pouco mais atenta, encontraremos a prova disso, em sentido contrário, naquilo que nos revela a tonalidade dessas outras fórmulas que toda mãe pronunciará de tempos em tempos: “Ele não quer mamar”, “Ele não me deixa dormir”, “Ele chora o tempo todo”. Para além do conteúdo manifesto do tom da voz que enuncia, revela-se a interpretação, às vezes consciente, outras vezes inconsciente, que a mãe forja dele (“Ele não quer meu amor”, “Ele quer me fazer sofrer”, “Eu sou uma mãe má”, “Ele não pode viver longe de mim”...).

Resta que, na maioria dos casos, um enunciado “fundamental” ocupa o primeiro plano da cena relacional da mãe e apenas temporariamente cede lugar a outros que o desmentem. Esse enunciado se formula nos seguintes termos: “Ele demanda à sua mãe o amor do qual necessita”.

Será esse enunciado identificatório, ou essa primeira designação relacional, que a psique do infans captará como um primeiro identificado, assegurando-lhe a persistência do vínculo com esse outro que já não faz mais parte dele. Identificado que, de imediato, se divide para também se formular conjuntamente em sua forma invertida: “Minha mãe demanda que eu necessite de seu amor”.

Podemos agora reinscrever essa temática da demanda naquilo em que eu havia insistido anteriormente a respeito do processo identificatório. Se considerarmos o momento em que acontece o encontro entre a mãe e o infans recém-nascido, seremos confrontados com um embate direto entre um sujeito que só pode pensar sua relação com esse infans em termos de relação e um infans que ainda não tem acesso a um espaço relacional.

Para que essa organização somatopsíquica do infans não permaneça um enigma para a mãe – o que tornaria bastante difícil qualquer investimento –, ela projetará sobre essa superfície um recipiente ainda inexistente: o Eu antecipado como suporte de seu investimento relacional. Ao fazê-lo, ela realiza uma dupla antecipação: antecipa a posição que o Eu deverá efetivamente ocupar e, da mesma forma, antecipa a posição que esse Eu é suposto lhe atribuir enquanto objeto-meta de sua demanda. Em outras palavras, será a *sua* representação da relação mãe-criança que ela vai antecipar ao ocupar um dos dois polos, ignorando que é, antes de tudo, *seu* representante de um Eu a advir que ocupa o outro. Uma vez constituído esse Eu, opera-se o mesmo duplo movimento identificatório: ele se autorreconhece, se autopresenta através e por meio desse identificado, que é suporte da demanda do outro, e simultaneamente

identifica esse outro como o objeto de sua própria demanda. O Eu identificado é também, e desde já, um Eu identificatório.

Em uma primeira fase do percurso identificatório, não é possível separar as duas partes desta dupla afirmação: “Eu sou. Ela é” (mais precisamente: “Eu sou neste lugar porque a coloco nesse outro, e vice-versa”).

No registro identificatório, observa-se sempre uma complementaridade que reflete aquela própria do registro relacional. Mas – enquanto nesse último essa complementaridade se preserva como tal – entendo que, em toda relação fortemente investida, não se pode separar o lugar que o Eu ocupa daquele que ele faz o outro ocupar, seja de forma totalmente arbitrária, seja levando em conta o que esse outro enuncia sobre o lugar que ocupa e sobre aquele que concede ao seu parceiro no registro identificatório. Será necessário que o Eu consiga, ao longo da etapa infantil de seu percurso, assegurar-se de um certo número de pontos fixos, de marcos de certeza. Caso contrário, qualquer juízo de existência que lhe diga respeito permaneceria indefinidamente dependente de uma garantia vinda por parte do outro.

“Sou aquele que ama, que é amado, que sofre, que demanda, que espera, que recusa...” Seja qual for o enunciado pelo qual o Eu exprima o que se passa em uma vivência, em um desejo, em uma demanda cuja satisfação ou não satisfação permaneça dependente da resposta que lhe seja dada, ainda é necessário que um Eu possa deter o poder de ser aquele a quem se reconhece o direito de possuir um saber sobre sua própria vivência, sua própria demanda, seu próprio desejo. Isso não significa, evidentemente, que se responda afirmativamente às suas demandas, mas significa, por outro lado, reconhecer a esse Eu o direito de acesso a um modo relacional que governa toda relação: o direito à mudança, tanto do objeto quanto da forma da relação. Isto é, o direito de ocupar, no futuro, o lugar interditado à criança. Se o Eu consegue fazer-se reconhecer esses direitos – o que supõe, é claro, que ele pague o preço de prazer necessário para isso –, ele terá, então, conseguido tornar o registro do Ser separável daquele do Ter. Aquilo que o Eu inexoravelmente se torna, aquilo que acredita tornar-se ou deseja tornar-se, aquilo que gostaria de recusar tornar-se, será sempre uma função da contabilidade que mantém entre seus ganhos e perdas. Mas para que um “tornar-se” permaneça possível, para que toda mudança não seja sinônimo de apagamento do que foi modificado – o que faria desse novo advento um completo estranho –, é preciso ainda que essa sucessão de autorretratos porte a mesma assinatura. E, como esses autorretratos são sempre oferecidos ao olhar de alguns espectadores privilegiados, é necessário, do mesmo modo, que estes continuem a reconhecer e investir no mesmo pintor, apesar das mudanças nele em relação ao modelo de suas telas. Essa metáfora nos remete à mãe e à primeira condição necessária para que o

percurso identificatório não encontre obstáculos que pesem profundamente sobre a constituição do Eu.

Em um texto que será publicado no final de junho de 1986, busquei insistir em tudo o que há de especial nesse primeiro encontro que confronta a mãe com a encarnação da criança que ela esperava.⁶ Se a projeção de um Eu antecipado sobre o infans é necessária para que a mãe o invista desde o início como aquele que ela esperava, se essa mesma antecipação identificatória lhe permite decodificar como mensagens há muito tempo conhecidas e esperadas as manifestações que acompanham representações pictográficas das quais ela sequer tem consciência, então esse mesmo Eu antecipado não pode e, sobretudo, não deve encobrir ou anular a diferença⁷ existente entre sua representação da criança esperada e essa criança que é agora o seu referente na cena da realidade. Diferença, por sua vez, que manifesta um descompasso ao confrontá-la com o imprevisto, com o novo – não apenas prova de que esse vivente não é só uma pura construção de seu imaginário ou uma pura projeção de seu desejo, mas também indício de que, desde já, há um fragmento de imprevisível e de desconhecido no ser e no vir a ser desse infans. Há 10 anos, em *A violência da interpretação* (Aulagnier, 1975/1979), e mais recentemente no texto ao qual acabo de me referir, procurei mostrar o que há de particular nesse encontro que, para um dos dois parceiros, antecede a entrada do Eu na cena psíquica – e o que pode acontecer caso a mãe se recuse a reconhecer a existência dessa diferença. É por isso que, em certos casos, podemos falar de um “traumatismo do encontro”. Não retomarei esse ponto, situando-me desde já nesse segundo tempo em que, tendo se constituído um Eu, a diferença se exprime em termos de demanda e tem como corolário as posições identificatórias ocupadas ou recusadas pelos dois “demandantes”. Sem rodeios, eu diria que dois cenários são possíveis. No primeiro, a mãe reconhece, aceita e investe como prova da atividade de pensamento de sua própria criança a diferença entre as demandas atribuídas a um Eu antecipado e aquelas formuladas por esse Eu que se constitui. Assim, ela poderá se posicionar, em certos momentos, no lugar onde o Eu da criança a espera, ajudando-o, por sua vez, a compor-se com a diferença

6 NE: trata-se, muito provavelmente, do texto “Naissance d’un corps, origine d’une histoire”, incluído na coletânea *Corps et histoire*, publicada pela editora Les Belles Lettres em junho de 1986. Há uma tradução do escrito em português (Aulagnier, 1986/1999).

7 NT: Piera Aulagnier emprega aqui o termo *écart*, que aparecerá com certa frequência em sua obra *La violence de l’interprétation* (1975). Na edição brasileira, costuma-se encontrar a tradução mais corriqueira do termo, a saber, “distância” ou “distanciamento”. Embora essas escolhas funcionem, optamos por traduzir *écart* como “diferença”, visto que o termo seria capaz de expressar uma noção menos vinculada ao tom espacial ou físico que “distância” evoca em certos contextos. A opção por “diferença” evidencia com mais clareza o tensionamento que se desdobra no encontro com o real, permitindo conotar o conflito e descompasso entre dois ritmos – o Eu antecipado e a alteridade do infans – que Aulagnier busca destacar em sua compreensão sobre a potencialidade psicótica e a constituição do Eu.

igualmente inevitável entre a mãe tal como ele a deseja e a mãe tal como ela é. Gradualmente se estabelecerá um compromisso relacional e identificatório que não evitará momentos de conflito, mas permitirá que eles não ultrapassem certo limiar. O Eu infantil, assegurado de que não corre o risco de perder em definitivo seu suporte libidinal privilegiado (e necessário), poderá, graças ao conflito que inevitavelmente o colocará, de tempos em tempos, em oposição ao outro, realizar a aprendizagem do lícito e do interdito no registro do desejo, do permitido e do proibido em sua relação com os outros, do possível e do impossível na relação com a realidade. Certamente uma aprendizagem dolorosa, mas que lhe trará, em contrapartida, a garantia de que nenhum outro poderá pretender deter o direito e o poder de despojá-lo de seus pontos de ancoragem – aqueles que o inscrevem numa linhagem que lhe dá acesso à temporalidade, que lhe asseguram uma posição inalienável como filho e seu direito, igualmente inalienável, de vir a ocupar no futuro a posição de pai ou mãe. Ao longo de toda a infância, portanto, será estabelecido entre a criança e seus pais um compromisso identificatório e relacional. Ela aceitará renunciar a um conjunto de satisfações pulsionais e assumir certos interditos como seus, em troca de uma promessa concernente ao seu futuro. Ela aceitará reconhecer que não é o objeto do desejo sexual de seus pais, em troca da segurança de um amor protetor e, sobretudo, de uma primeira liberdade nas escolhas de seus novos objetos de investimento: um companheiro, um mentor, a paixão por um jogo etc. serão apresentados aos pais como um desafio que, frequentemente, se ignora enquanto tal, isto é, como prova desse início de autonomia que a criança conquistou. Se essa reorganização econômica puder ser aceita pelos pais e realizada com sua aliança, o tempo da infância poderá ser concluído com novas cláusulas de um compromisso identificatório, graças ao qual o sujeito poderá assumir com suas próprias mãos a condução do prosseguimento de seu percurso identificatório, que levará em conta os novos encontros, fontes de prazer ou sofrimento, os ganhos, os lutos, assim como os acidentes, favoráveis e desfavoráveis, que marcarão sua vida.

Não acontece o mesmo no outro cenário. A mãe pode recusar essa diferença, interpretando-a como uma desqualificação do Eu antecipado, que continua sendo o único decodificador que ela tem em sua relação com a criança. Sem esse decodificador, é a relação que desmorona e, com ela, os pontos de referência que lhe são necessários para se posicionar e se reconhecer como mãe da criança. Daí a luta que ela trava para que esse decodificador não seja desqualificado e para que seu desejo impossível de que “nada mude” se mantenha. Em muitos casos de crianças psicóticas, observa-se a presença dessa luta travada pela mãe para preservar sua relação. “Em muitos casos”, o que não significa em todos.

Qual poderia ser a resposta do Eu da criança frente a esse abuso de violência que tenta obstruir qualquer mudança, sobretudo se considerarmos que não está no poder de *nenhum* Eu se subtrair às transformações que se inscreverão em seu corpo, em sua relação com o mundo e em sua própria deco-dificação da realidade? A menos que a morte intervenha, ninguém permanece um recém-nascido; jamais se retorna a esse estado, assim como tampouco se pode permanecer idêntico à criança que um dia fomos.

Colocada em tal situação, a criança tem três respostas:

- A primeira pertence ao que chamo de imprevisível.
- A segunda resultará no estabelecimento de uma potencialidade psicótica.
- A terceira envolverá a eclosão de uma psicose infantil. Deixo aos especialistas aqui presentes o encargo de julgar, nesse caso, qual papel esse tipo de conflito pode eventualmente desempenhar para a mãe.

Chamo de *imprevisível* o fato de que não está ao alcance de nenhum analista – qualquer que seja o conhecimento que se possa ou se suponha ter sobre a problemática parental – saber antecipadamente de que modo a criança pode renegociar os efeitos de seus encontros com o outro, que próteses substitutivas ela é capaz de encontrar, quais reconstruções, maciças ou microscópicas, pode impor às mensagens que o mundo lhe dirige, para assim oferecer respostas inesperadas. Podemos prever que a organização do ambiente psíquico no qual o infans se insere e no qual se desenrolará sua infância tornará mais provável esta ou aquela forma de resposta por parte dele, mas não podemos, felizmente, ter nenhuma certeza.

Passemos agora à potencialidade psicótica, aos seus desdobramentos e implicações, mantendo sempre em mente a interdependência constante entre a problemática relacional e a problemática identificatória. Em meu livro *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro* (Aulagnier, 1984/1989), ilustrei o conceito de potencialidade recorrendo à imagem de um quebra-cabeça e às condições necessárias para que ele possa ser montado. Retomarei essas mesmas imagens, embora de forma um pouco diferente.

Comparemos a construção contínua desse tempo falado – graças ao qual guardamos na memória nosso passado, tecendo o “fio vermelho” de nossa permanência – à montagem de um quebra-cabeça, que prosseguirá e se transformará ao longo de toda a nossa existência. No desenho construído por quem o monta, podemos distinguir uma parte central, montada durante o curso da infância, e outras partes que virão a se juntar a ela.

Três características específicas definem as peças necessárias à constituição da parte central montada pela criança:

- 1) A mãe deverá fornecer as primeiras peças e, com elas, um primeiro esboço de como elas devem ser usadas. As demais peças, que rapidamente se

juntarão a essas e que o pequeno construtor poderá escolher dentro de um conjunto mais amplo, servirão, junto às primeiras, para formar um “quadro familiar” que deverá obedecer a uma ordem bastante particular.

2) Essa ordem não pode ser escolhida apenas com base no desejo do construtor ou daqueles que o auxiliam nessa tarefa (pais ou substitutos). Ela deve se submeter a exigências que impõem a cada um dos personagens do quadro um lugar bem definido, inalienável, conforme o sistema de parentesco que, de geração em geração, transmite sua ordem e sua lei.

3) É preciso que em cada uma dessas peças apareça um elemento pertencente a apenas um dos personagens que deverão ocupar um lugar no quadro.

Para que um quebra-cabeça se sustente, é necessário que haja um bom encaixe entre as superfícies. Não pode haver nem lacunas, nem encaixes forçados entre as peças. Em nosso caso, uma vez que a montagem nunca se encontra definitivamente concluída, é necessário que essa parte central seja suficientemente sólida para não correr o risco de se desencaixar quando novas peças forem acrescentadas. Também será necessário que essas novas composições permaneçam compatíveis com a primeira, isto é, que elas não a tornem incongruente ou estranha ao conjunto do desenho.

A potencialidade psicótica se caracteriza pela composição bastante particular que é impressa nas primeiras peças desse quebra-cabeça: em cada uma delas encontraremos um elemento formado por partes e cores que pertencem ao conjunto das imagens que virão compor o quadro familiar. Uma vez concluída a montagem, pode-se ter a impressão de que nada a distingue das demais. No entanto, se observarmos mais atentamente, perceberemos que a particularidade dos traços inscritos nas primeiras peças faz com que baste que uma delas se desencaixe, ou falte no momento em que for necessária, para que surjam lacunas e vazios na representação dos personagens do quadro, incluindo a do próprio construtor. Para evitar tal perigo, seria necessário que os investimentos que os ligam entre si permanecessem inalterados. Qualquer movimento relacional corre, assim, o risco de estilhaçar o conjunto do encaixe identificatório central que sustentava as partes adicionadas. A posição de filho em relação a essa mãe e/ou a esse pai só pode ser preservada na presença desse mesmo e único pai, dessa mesma e única mãe, desse mesmo e único filho, desde que, é claro, os três se assegurem da convicção ilusória da perenidade de uma mesma organização relacional. Será que devemos presumir que as peças fornecidas pela mãe estavam malformadas, ou que a criança sofre de distúrbios de visão que a fazem perceber uma mistura de traços e cores, quando na verdade não é nada disso? A resposta pouco importa e, provavelmente, é uma combinação de ambas: uma mãe que fosse muito cuidadosa em selecionar criteriosamente o que transmitia poderia ter compensado a falha do olhar; um olhar menos angustiado poderia ter corrigido os erros de impressão.

A potencialidade psicótica não se caracteriza pela impossibilidade de compor um quadro familiar que se apresente ao olhar do construtor e dos outros conforme os modelos socioculturais (o que pressuporia uma psicose manifesta), mas sim por uma “confusão” oculta na textura dos personagens e, por conseguinte, pela confusão igualmente velada quanto aos lugares ocupados por cada um. Essa confusão se revelará toda vez que o sujeito, seguro das bases que o sustentam, acreditar que pode expandir sua construção, acrescentando-lhe novas composições nas quais ocuparia um novo lugar. Ele percebe então que o contorno do quadro familiar é tal que só pode suportar a adição de peças especiais conformes a esse contorno e que vão compor quadros que retomam a organização do primeiro. Ele poderá tentar encontrar essas peças ad hoc ou renunciar ao enriquecimento de seu quebra-cabeça, mas, mesmo nesse caso, para que a parte central seja preservada, será necessário que ninguém realize movimentos relacionais bruscos.

É por isso que a passagem da potencialidade à forma manifesta da psicose corre sempre o risco de ser produzida a partir daquilo que defini como efeitos de encontro:

- Efeito de encontro com um outro que é investido antes mesmo que se perceba que o lugar que esse outro atribui àquele que o investe é incompatível com a posição que até então se acreditava ocupar e era considerada definitiva.
- Efeito de encontro com a morte de um dos personagens do quadro, ou ainda com uma mudança inesperada em sua relação com o sujeito.
- Efeito de encontro com uma imagem do próprio corpo que subitamente se revela estranha em relação àquela anteriormente familiar.

Nesses casos, testemunharemos um estremecimento do edifício identificatório, isto é, uma desqualificação dos parâmetros relacionais. A menos que haja uma manobra defensiva imediata, o sujeito corre sério risco de se encontrar diante da psicose, confrontado com a confusão de um arranjo que seguiu um modelo arbitrário.

Concluirei este trabalho com uma observação clínica.

É difícil perceber a presença de uma potencialidade psicótica enquanto ela não se encontra sob risco. O medo de um encontro imprevisto é tão intenso que o sujeito só procura o analista quando já está realmente encurralado. Antes desse momento, é possível que um olhar muito atento perceba nesses sujeitos um traço peculiar: o preço que estão dispostos a pagar para evitar qualquer situação conflituosa, uma evitação que lhes permite preservar seu equilíbrio instável. Quando esse equilíbrio for ameaçado – perigo que o sujeito muitas vezes é capaz de captar intuitivamente –, teremos então a oportunidade de encontrá-lo. É verdade que em nossa disciplina toda generalização é sempre arbitrária. Ainda assim, dois traços são encontrados com muita frequência nesses sujeitos, já desde as entrevistas preliminares:

– A presença de um acontecimento vivenciado como catástrofe, que atua como causa desencadeadora de sua vinda até nós. Se, às vezes, a catástrofe remete a uma morte, a uma ruptura ou a um acidente somático, levando-nos, equivocadamente, a julgar suas reações como próximas das da maioria dos sujeitos, somos, no entanto, frequentemente surpreendidos pela discrepância entre a intensidade e qualidade de suas reações psíquicas e a banalidade do evento que as desencadeou (uma doença benigna, uma briga conjugal sem muitas consequências, uma crítica cujo impacto nos escapa...).

– O segundo traço diz respeito à especificidade das suas respostas afetivas: a partir do que nos é relatado, temos a impressão de que esse sujeito vivenciou uma experiência de pânico.

Vou ilustrar o que quero dizer com base no que me foi ensinado muito recentemente por uma jovem mulher que está em análise comigo há cerca de quatro anos.

Essa mulher é uma médica e, certa noite, depois de um dia particularmente difícil, chega em casa um pouco tarde. No instante em que põe a chave na fechadura, ela percebe, com um sentimento de mal-estar, que se esqueceu de comprar o pão que precisava para o jantar. Assim que a porta se abre, seus três filhos correm em sua direção, o mais novo alegando que está com dor no ouvido e que ela precisa examiná-lo imediatamente, enquanto os dois mais velhos protestam porque estão com fome e o jantar ainda não está pronto. Até aqui, nada realmente muito grave nisso tudo. Ela sabe muito bem que o caçula costuma recebê-la assim, que geralmente não sente dor alguma, e que essa é sua maneira de atrair toda a atenção para si. A padaria mais próxima fica a 10 metros de sua casa, e um dos dois filhos mais velhos poderia ir até lá sem problema algum. No entanto, diante dessa situação, ela vai reviver um tipo de experiência que conhece bem. Seus pensamentos se tornam confusos, fragmentos de frases truncadas se atropelam em sua mente, ela sente uma paralisia motora que a faz sentar-se abruptamente na primeira cadeira ao seu alcance, enquanto é tomada por uma sensação de estupor semelhante – pensa ela – a como devem se sentir as pessoas que presenciam uma catástrofe. Porém, nessa ocasião, nenhuma imagem lhe vem à mente. Foi após uma experiência similar que ela veio me procurar: o motivo desencadeador havia sido, dessa vez, uma crítica feita pelo chefe de seu departamento, que ela sentiu como uma forma de “desqualificá-la” (termo usado por ela).

Se observarmos com mais atenção o que está em jogo nesse tipo de experiência psíquica, poderemos constatar primeiramente que um sentimento de pânico substitui o de angústia. A angústia é um sinal de alarme disparado na esperança de evitar um perigo. O pânico, por outro lado, é a reação provocada por um acidente inesperado enquanto ele está em pleno curso.

Outra constatação que a análise desse tipo de experiência permite fazer é que, no momento em que vivenciam o pânico, esses sujeitos não dispõem mais de um “escudo relacional”. O neurótico – uma vez que pode falar sobre essa experiência – associará seus sentimentos depressivos, de culpa, de raiva ou de angústia ao medo de ser rejeitado, a um desejo agressivo que o atinge de surpresa, a um desejo que lhe diz respeito e que ele se proíbe de expressar. O psicótico, por sua vez, verá na catástrofe que sofre a manifestação do poder de um perseguidor. Mas no caso que estamos analisando, o sujeito sente e localiza a origem e a fonte do perigo como sendo puramente internas. É ele próprio que se sente invadido por um sentimento de dissolução, na ausência de qualquer inimigo externo a quem possa atribuí-lo, encontrando-se, assim, privado de qualquer possibilidade de reagir projetivamente, seja pela fuga, pela agressividade ou pelo delírio. Tais experiências nos revelam as bem perigosas consequências de uma separação momentânea entre o espaço relacional e o espaço identificatório. O solo desse último começa a ceder. Daí a sensação de pânico do sujeito diante da ideia de que ele poderia colapsar. Segue-se então um momento de suspensão, de imobilidade, na esperança de que os fragmentos possam rapidamente se recompor.

Gostaria de comentar brevemente a manobra que a paciente mencionada realizou para sair de seu estado de pânico: ela percorreu a sala com o olhar, fixando-o em cada objeto até conseguir reconhecê-lo como algo familiar. Ela era incapaz de dizer se esse reconhecimento do ambiente durou alguns segundos ou alguns minutos, mas, uma vez concluído, ela se reapropriou de um espaço familiar e conseguiu, a partir daí, retomar o curso de seus pensamentos, ouvir o que seus filhos lhe diziam e responder-lhes de forma adequada. Uma vez que o sujeito é mergulhado em uma experiência desse tipo, ou ele consegue recorrer a seus investimentos relacionais e enfrentá-los, encontrando assim os pontos de ancoragem que poderá reintroduzir em seu espaço identificatório para nele se orientar, ou então esse apelo fracassa e ocorre o desencadeamento de um episódio psicótico. Durante a análise dessa mesma jovem mulher, pude presenciar in vivo o aparecimento de uma dessas crises, as quais, vale dizer, se assemelham fortemente ao pródromo de uma crise de despersonalização. No início do mês, eu lhe havia comunicado que, a partir do mês seguinte, teríamos que mudar o dia de uma de suas sessões. Discutimos a questão juntas e encontramos um dia possível que funcionasse para ambas.

Desse modo, na sessão anterior ao novo horário combinado, no momento em que se despedia, eu lhe disse: “Lembrando que não nos veremos mais às quintas-feiras, mas sim às sextas, naquele novo horário”. Para minha grande surpresa, vi-a de repente ficar pálida. Apressou-se a sentar-se na poltrona à minha frente e permaneceu completamente imóvel por alguns segundos, com o rosto muito empalidecido, sem me dirigir o olhar. A primeira

impressão que tive foi que ela estivesse passando mal fisicamente; levei alguns segundos para perceber que – muito provavelmente – ela só conseguiu ouvir a primeira metade da minha frase: “não nos veremos mais às quintas-feiras”, ou talvez apenas um “não nos veremos mais”. Assim, operou-se uma ruptura relacional dramática, que desencadeou essa reação. Compartilhei então com ela minha hipótese, o que foi suficiente para interromper sua experiência de crise identificatória.

Ao longo de sua análise (que continua até hoje), nos detivemos longamente sobre aquilo que me parecia ser o traço mais particular e determinante de sua problemática psíquica: a convicção consciente que ela manteve durante toda a infância de que os pensamentos da mãe, das três irmãs e os seus próprios eram absolutamente transparentes para cada uma das quatro. Um único espaço psíquico funcionava como sítio indivisível dos pensamentos, desejos e fontes de prazer e sofrimento dessas quatro mulheres, que formavam um “quadro familiar” bastante singular. Isso não impediu minha paciente nem suas irmãs de se casarem, terem filhos ou de exercerem uma profissão. Não posso, evidentemente, dizer nada sobre as irmãs, mas, no caso da minha paciente, as coisas se complicaram a partir do momento em que seus três filhos (nascidos em intervalos muito curtos um do outro) começaram a frequentar a escola. O pai deles passou a intervir mais diretamente na educação das crianças, ao mesmo tempo que percebia que estava se distanciando cada vez mais da esposa. Enquanto cuidava dos filhos ainda muito pequenos, ela era capaz de recriar tranquilamente um estado de proximidade psíquica em parte semelhante com aquele vivido na infância. No entanto, assim que os filhos cresceram, ela se viu diante de meninos – e não mais de crianças –, com tudo o que isso implica em termos da “diferenciação” no plano do sexual. Sua experiência da maternidade a fez vislumbrar certos conflitos vividos em sua própria infância, levando-a a se questionar sobre uma mãe até então *nunca* criticada. Ela foi percebendo aos poucos que seus pequenos filhos demandavam que sua autonomia fosse incentivada, que a imagem do pai fosse valorizada, que a singularidade de suas primeiras escolhas fosse respeitada... Ela tentou, e em parte conseguiu, reorganizar sua posição de mãe. No entanto, às vezes sentia “como se não tivesse mais uma bússola para se orientar”. A partida do marido, que se apaixonara profundamente por outra mulher, foi uma prova inesperada e dolorosa. Foi logo depois desse acontecimento que irrompeu sua primeira “crise”.

O trabalho realizado ao longo desses quatro anos de análise, que ainda está em curso, tornou esse tipo de episódio muito menos frequente e, sobretudo, lhe permitiu, uma vez superados, não mais manter a dolorosa convicção de que o próximo episódio assinalaria, se não sua morte física, ao menos sua morte psíquica.

Ninguém pode saber se, na ausência de uma análise, esse temor teria se realizado. Tenho, porém, a convicção de que seu trabalho analítico a colocou a salvo desse perigo.

Caen, 13 e 14 de junho de 1986

El concepto de potencialidad psicótica

Resumen: Este artículo resulta de una conferencia impartida en 1986 y presenta un resumen a la vez denso y claro del pensamiento de Piera Aulagnier en confrontación con los paradigmas del autismo y de las psicosis precoces. La autora busca comprender y representar los inicios de la vida psíquica en el juego complejo que se instaura entre la madre y el infans. Del lado de la psique materna, el Yo del niño es previamente identificado e investido, incluso antes de venir al mundo. Del lado del niño, hay una necesidad vital de encontrar un compromiso identificatorio entre esa identificación parental y su propia autoconstrucción. Es la posibilidad –o no– de introducir un intervalo entre esa anticipación y su propia trayectoria identificatoria lo que determinará su respuesta ante aquello que Piera Aulagnier caracteriza como violencia fundamental. Si ningún intervalo o cambio es posible en la construcción que le es impuesta, puede organizarse una potencialidad psicótica o una psicosis infantil. Es también en la imposibilidad de un juego suficientemente móvil de ese edificio identificatorio que cualquier movimiento proveniente del entorno –aunque mínimo, pero imprevisto– puede llegar a provocar un colapso.

Palabras clave: autismo, psicosis precoces, potencialidad psicótica, problemática identificatoria

The concept of psychotic potentiality

Abstract: This article stems from a lecture given in 1986 and presents a detailed but clear summarized version of Piera Aulagnier's thinking on the paradigms of autism and precocious psychoses. The way psychic life is determined by the complex play between mother and child is at the heart of her study. As far as the mother's psyche is concerned, the child's I is pre-identified and pre-invested before even being born. As for the child, it is essential that the child be able to find a compromise between this parental identification and his/her own self-construction. It is the possibility – or not – of introducing a gap between this anticipation and their own identificatory trajectory that will determine the child's response to what Piera Aulagnier describes as fundamental violence. If no gap can be constituted, no change is possible in the construction that is imposed on the child, and a psychotic potentiality or a child psychosis may appear. It is also within the impossibility of a

sufficiently flexible play within this identificatory edifice that any movement from the environment – even minimal but unforeseen – may trigger a total collapse.

Keywords: autism, precocious psychoses, psychotic potentiality, identificatory problematic

Le concept de potentialité psychotique

Résumé : Cet article constitue un résumé à la fois dense et clair de la pensée de Piera Aulagnier confrontée aux paradigmes de l'autisme et des psychoses précoces. Elle cherche à comprendre et à figurer le début de la vie psychique dans le jeu complexe qui s'institue entre la mère et l'enfant. Du côté de la psyché de la mère, le Je de son enfant est pré-identifié et pré-investi, avant même qu'il n'arrive au monde. Du côté de l'enfant, il y a une nécessité vitale à trouver un compromis identificatoire entre cet identifié parental et sa propre auto-construction. C'est la possibilité qu'il aura d'introduire, ou non, un écart entre cette anticipation et sa propre trajectoire identificatoire, qui va décider de sa réponse à ce que Piera Aulagnier caractérise comme violence fondamentale. Si aucun écart, aucun changement n'est possible dans la construction qui lui est imposée, une potentialité psychotique ou une psychose infantile peuvent s'organiser. C'est aussi dans l'impossibilité d'un jeu suffisamment mobile de cet édifice identificatoire que tout mouvement, même minime mais imprévu de l'entourage, peut provoquer un effondrement.

Mots-clés : autisme, psychose précoce, potentialité psychotique, problématique identificatoire

Referências

- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado* (M. C. G. Pellegrino, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1975)
- Aulagnier, P. (1985). *Os destinos do prazer: alienação, amor, paixão* (M. V. A. Alencar & M. C. Pellegrino, Trans.). Imago. (Trabalho original publicado em 1979)
- Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: do discurso identificador ao discurso delirante* (C. Berliner, Trad.). Escuta. (Trabalho original publicado em 1984)
- Aulagnier, P. (1990). Os dois princípios do funcionamento identificatório: permanência e mudança. In P. Aulagnier, *Um intérprete em busca de sentido* (R. Steffen, Trad., Vol. 2, pp. 181-194). Escuta. (Trabalho original publicado em 1986)
- Aulagnier, P. (1999). Nascimento de um corpo, origem de uma história (V. Conrad, Trad.). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2(3), 9-45. (Trabalho original publicado em 1986)
- Freud, S. (2014). Compêndio de psicanálise. In S. Freud, *Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados* (P. H. Tavares, Trad.). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1940)

Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)

Tradução do francês: Bruno Kinoshita

Revisão da tradução: Ricardo Biz

DOI: 10.69904/0486-641X.v59n3.19